



ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA

CNPJ: 03.148.731/0001-77 "Legislando com Seriedade"

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO

Nº. 08/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre "Programa Jovem Aprendiz" no âmbito do Município Itaúba-MT e dá outras providências".

O EXCELENTÍSSIMO VEREADOR DOUGLAS ALIZIERO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELO ART. 154 DO REGIMENTO INTERNO, PROPÕE A MESA OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

Art. 1º Fica o Município de Itaúba/MT autorizado a instituir o "Programa Jovem Aprendiz" como instrumento de fomento ao primeiro emprego e inclusão social, valorizando o potencial e promovendo o exercício laboral dos jovens maiores de 14 (quatorze) até 18 (dezoito) anos, residentes no Município de Itaúba/MT, em conformidade com que dispõe a Legislação Federal.

Art. 2º O Programa Jovem Aprendiz será voltado aos jovens, proporcionando a experiência prática da formação técnico-profissional metódica.

Art. 3º O Programa de que trata esta Lei atenderá preferencialmente os jovens residentes no Município de Itaúba e visará:

I - qualificá-los social e profissionalmente, nas variadas áreas, disponibilizando oportunidades para um currículo específico e consistente.

II - valorizar suas habilidades e competências potenciais;

III - promover, em sendo o caso, sua reintegração na vida escolar e a continuidade dos estudos, para que conclua o ensino de nível médio, inclusive o técnico profissionalizante.

Art. 4º O Programa Jovem Aprendiz compreenderá a celebração de contrato de trabalho especial ajustado por escrito e por prazo determinado, garantindo-lhe meio salário mínimo vigente, e se compromete a assegurar aos participantes inscritos, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Parágrafo Único - Para definição das funções que demandem formação profissional deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e o estabelecido



ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA

CNPJ: 03.148.731/0001-77 "Legislando com Seriedade"

na Lei Federal nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000 e no Decreto Federal nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005.

Art. 5º - As aulas práticas podem ocorrer na própria entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica ou no estabelecimento do contratante ou concedente da experiência prática do aprendiz.

§ 1º - A contratação do aprendiz será efetivada diretamente pelo empregador ou, supletivamente, pelas entidades sem fins lucrativos.

§ 2º. Na hipótese de contratação de aprendiz diretamente pelo empregador, este assumirá a condição de contratante, devendo inscrever o aprendiz em programa de aprendizagem a ser ministrado pelas entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º - O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I - desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II - falta disciplinar grave;

III - ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; e

IV - a pedido do aprendiz.

Art. 7º - Para efeito das hipóteses descritas nos incisos do art. 6º desta Lei, serão observadas as seguintes disposições:

I - O desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz referente às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado mediante laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;

II - a falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses descritas no art. 482 da CLT;

III - a ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo será caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino.



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA

CNPJ: 03.148.731/0001-77 "Legislando com Seriedade"

Art. 8º - Em caso de rescisão contratual, serão devidos apenas os dias trabalhados e não quitados, bem assim o recolhimento fundiário (2% - dois por cento) e previdenciário cabível, sendo vedado o pagamento de indenização ou qualquer outra parcela, a qualquer título.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2017.

DOUGLAS ALIZIERO
VEREADOR

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei é de grande importância para comunidade, pois visa contribuir com o desenvolvimento escolar, familiar, social e de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O Programa "Jovem Aprendiz" abre espaço para a preparação pré-profissional, a qual deve incluir uma instrução geral e prática apropriada à idade, para continuar e completar a educação recebida anteriormente; dar uma ideia do trabalho prático e desenvolver o gosto por ele e o interesse pela formação; revelar interesse, habilidades profissionais e favorecer a aptidão profissional ulterior.

A presente proposição tem bases legais na Lei Federal nº 10.097/200, seu Decreto nº 5598/2005 que instituíram o Programa Jovem Aprendiz.

Portanto, além da oportunidade de emprego, tem como objetivo a formação desses menores, para continuarem no mercado de trabalho.

Ademais, considerando que nossa cidade vem se transformando em uma cidade industrial, tendo em vista a instalação do Grupo Fasa, ramo graxaria, bem como outras empresas já existentes no município, com várias oportunidades de trabalho, onde o **MENOR APRENDIZ** pode contribuir com seu trabalho para o desenvolvimento do Município e sua sobrevivência;

Assim, por entender necessário e de relevante importância o presente projeto, este Signatário conta com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.